

Cox e as teorias das Relações Internacionais na década de 1980: um balanço do debate entre a teoria *problem-solving* de Waltz e a perspectiva crítica coxiana a partir do conceito de estrutura

Cox and International Relations theory in the 1980s: comprehending the debate between Waltz's problem-solving theory and Cox's critical perspective from the concept of structure

PAULO VICTOR ZANERATTO BITTENCOURT | paulovbittencourt@gmail.com / Bacharel em Relações Internacionais e mestre em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Marília). Doutorando no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (DCP/USP). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

RODRIGO DUARTE FERNANDES DOS PASSOS | rodrigo.passos@unesp.br / Bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Mestre e doutor em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (DCP/USP). Professor associado livre-docente da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Marília). Bolsista de produtividade em pesquisa, nível 2, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Recebimento do artigo Abril de 2021 | **Aceite** Agosto de 2021

Resumo: O objetivo do texto proposto é o de apresentar um balanço entre os conceitos de estrutura presentes na obra do cientista político estadunidense Kenneth Waltz, e um de seus principais críticos, o historiador e cientista político canadense Robert Cox. Este debate se dá de forma mais intensa ao longo da década de 1980, quando o realismo estrutural de Kenneth Waltz toma destaque no âmbito das teorias de Relações Internacionais. Assim, ganha importância a proposta teórica de Cox em seu *Social forces, States and World Orders*, de 1981, devido ao questionamento da concepção de política internacional proposta por Waltz, e à alternativa à rigidez teórica apresentada pelo cientista político norte-americano. A hipótese que verificamos ao longo do texto é a de que Waltz e Cox partem de concepções distintas daquilo que se possa caracterizar como fenômeno político, o que impactará fortemente a forma como se pode proceder visando à elaboração teórica referente aos objetos e sujeitos políticos. Como tal, esta concepção e sua consequente teorização, impactará centralmente os conceitos de estrutura que os autores propõem e, a partir disso, a forma como elaboram suas análises. **Palavras-chave** Teoria das Relações Internacionais. Materialismo Histórico. Teoria Crítica. Estrutura. Realismo Estrutural.

Abstract: Our goal in this article is presenting a comprehension between the concepts of structure that figure in the works by the American political scientist Kenneth Waltz, and that of one of his major critics, the Canadian historian and also political scientist Robert Cox. The debate between both authors took place more intensively during the 1980s, when Waltz's structural realism had already started playing an important role in International Relations theoretical mainstream. Thus, Cox's 1981 theoretical proposition in *Social forces, States, and World Orders* gained special importance both due to the questioning of Waltz's conception of international politics and to the proposing of an alternative to Waltz's theoretical rigidity and narrowness. The hypothesis we verify over the article is that Waltz and Cox depart from different conceptions upon what one may characterize as a political phenomenon, and it will strongly affect the way one can proceed aiming at theoretical elaboration referring to political objects and subjects. As such, the conception and consequent theorization of the international-political intensely affects the concepts of structure both authors differently propose and, from this difference departs the way they elaborate their analyses. **Keywords** International Relations Theory. Historical Materialism. Critical Theory. Structure. Structural Realism.

1 INTRODUÇÃO

A década de 1980 parece ter sido decisiva para a afirmação de perspectivas alternativas ao debate central nas Teorias de Relações Internacionais. Durante a década de 1970, essa busca de alternativas já se mostrava claramente. Em 1971, Robert Keohane e Joseph Nye reuniram uma série de autores (entre outros, estava presente Robert W. Cox) para debaterem as “relações transnacionais e a política mundial” em um dossiê da revista *International Organization* (KEOHANE; NYE, 1971a; 1971b). A título de conclusão, os autores propõem uma estruturação teórica a que chamam de “paradigma da política mundial”, de modo a “desafiar as assunções básicas que alicerçam a análise das relações internacionais, não simplesmente compilar uma lista de interações e organizações transnacionais” (KEOHANE; NYE, 1971b, p. 729). O desafio das assunções básicas a que os autores se referem é, justamente, o desafio às análises que levam em conta unicamente as relações interestatais, que se baseariam em um “paradigma Estadocêntrico”. Em grande medida, esta percepção de Robert Keohane e Joseph Nye já em 1971 terá fortes ecos em sua importante contribuição às teorias de Relações Internacionais, o livro *Power and Interdependence*, de 1977.

Entretanto, o campo teórico central¹ das Relações Internacionais (nos países anglo-saxônicos, que são o nosso foco neste trabalho) parece mover-se de um momento de “abertura paradigmática”² na década de 1970 para um momento sintético durante a década de 1980, a partir da publicação de *Theory of International Politics*, de Kenneth Waltz. Este movimento sintético ao longo da década de 1980 seria descrito por Ole Waever (2008) como uma síntese que uniria aspectos teóricos do pensamento de Kenneth Waltz (particularmente sua definição de estrutura do sistema

1 Por “campo teórico central” tentamos fazer uma tradução do termo “mainstream”.

2 Por “abertura paradigmática” nos referimos a teorizações que buscam contestar a ideia de que os Estados seriam os únicos atores das relações internacionais, como frequentemente apresentado como crítica ao que se chama genericamente de “realismo”. É nesse sentido que deve ser entendida a proposta de Keohane e Nye (1971b), de um “paradigma da política mundial” como conclusão do dossiê da *International Organization* sobre relações transnacionais. Ressalte-se, por fim, que o termo “paradigmático” segue a mesma orientação que utilizaram para isso Keohane e Nye e não indicam, pois, nenhuma ascendência metateórica a Kuhn ou a Robert Merton; antes, são usadas de forma mais frouxa para se referirem a um conjunto de atores que interagem em determinada área temática de negociação.

internacional), e do pensamento de Keohane e Nye (sobretudo sua visão sobre processos políticos, isto é, padrões de interação entre Estados). Estes termos são colocados por Keohane e Nye em 1987, ao revisitarem as propostas teóricas contidas em *Power and Interdependence* e novamente em 1989, na segunda edição do mesmo livro (KEOHANE; NYE, 1987; 1989).

À medida que Keohane parecia caminhar em direção a uma abordagem que buscasse unir sua perspectiva à de estrutura de Kenneth Waltz, novas alternativas eram buscadas dentro das teorias das Relações Internacionais. Este parece ser o importante papel da contribuição teórica de Robert Cox no período. Seu seminal “Social Forces, States, and World Orders”, originalmente publicado em 1981, reaparece em 1986 numa coletânea, editada por Robert Keohane, chamada - não fortuitamente - de *Neorealism and its Critics* (“Neorealismo e seus críticos”).

No livro em questão, ficam patentes dois aspectos: em primeiro lugar, a centralidade da obra de Kenneth Waltz durante a década de 1980 e, a partir da breve recapitulação que fizemos acima, da centralidade do seu conceito de “estrutura do sistema internacional”. Em segundo lugar, fica clara a importância da contribuição da obra de Robert Cox a este debate premente da década de 1980: a busca por teorias alternativas, de alcance para além do Estado-nação, visando a uma concepção mais orgânica de como se operam e desenvolvem as relações internacionais. É nesse sentido que propomos uma análise do pensamento de Kenneth Waltz e Robert Cox em perspectiva comparada neste texto. Entendemos, pois, que *Neorealism and its critics* apresenta importantes elementos de debate entre o pensamento de Waltz e os de seus críticos (que, a propósito, distribuem-se em uma miríade de posições teóricas).

O debate indireto entre Cox e Waltz se constitui numa das principais referências e pontos de partida para a elaboração da teoria crítica do cientista político canadense ao longo de toda a sua obra. Entretanto, raras vezes este debate teve uma fluência e desenvoltura mais sistemáticas ao longo de seus textos. Algumas das formulações de Cox não foram aprofundadas nos textos em que aparecem a menção ao autor norte-americano. Dentro desta perspectiva, a estrutura se constitui formalmente um componente central em ambas as abordagens, embora com significados bastante distintos. Assim, a pergunta central deste texto é enunciada de forma a buscar explicitar e elucidar algumas etapas do argumento que nem sempre foram sistematicamente expostas por Cox. Com isso em vista, nossa perspectiva de comparação se concentra na definição do conceito de estrutura para ambos os autores. As distinções deste conceito, central em ambas as perspectivas teóricas, é substantiva, fundamentam as diferenças entre ambas as abordagens e derivam da dicotomia evidenciada por Cox ao classificar as teorias de Relações Internacionais como *problem-solving* e críticas.

Nesse sentido, a pergunta a que pretendemos responder ao fim deste trabalho é: *como a perspectiva de teoria crítica de Cox se distingue das teorias que ele denomina problem-solving?* Partindo da constatação da centralidade do conceito de estrutura para o desenvolvimento de seu aparato teórico crítico, como é proposta a ideia de estrutura na teoria exemplarmente *problem-solving* de Kenneth Waltz? E em que momento de seu desenvolvimento intelectual esta ideia de estrutura emerge, imbuída de uma perspectiva crítica? A hipótese que aventamos como razoável ao longo deste texto é a de que Waltz e Cox partem de concepções distintas daquilo que se possa caracterizar como fenômeno político, o que impactará fortemente a forma como se pode proceder visando à elaboração teórica referente aos objetos e sujeitos políticos. Como tal, esta concepção e sua consequente teorização, impactará centralmente os conceitos de estrutura que os autores propõem e, a partir disso, a forma como elaboram suas análises.

Com o intuito de responder a esas perguntas, e buscando avaliar a pertinência da hipótese levantada, organizamos nossos argumentos sob diferentes seções. A próxima exporá a definição do conceito de estrutura em Kenneth Waltz, partindo, para tanto, de uma leitura sistemática mas limitada do pensamento do autor, já que seu conceito de estrutura é central em sua teoria (*problem-solving*) de política internacional. Em termos de avanço da pesquisa, destaca-se o deslocamento existente em Waltz da política, não como luta pelo poder (como em Morgenthau, claramente um autor clássico do debate central estadunidense), mas como uma luta de poder – as capacidades que configuram a estrutura do sistema internacional.

Posteriormente, apresentaremos, por sua vez, a definição do conceito de estrutura em Robert Cox, de modo a explicitar nosso argumento de que esta ideia de estrutura advém de uma dicotomia entre teorias *problem-solving* e críticas, vinculando-se a perspectiva de Cox a uma perspectiva crítica, e, desta ideia de estrutura fundamentam-se as diferenças de análise propostas por Cox e por Waltz, servindo-nos como exemplares de análises críticas e *problem-solving*. Um ponto que destacamos nesta etapa em termos de avanço para a compreensão da proposta crítica de Cox é a elucidação de uma formulação jamais assumida pelo autor em outros momentos da sua obra, a saber, que a própria contribuição de Braudel – antes pensada como útil apenas para as transformações históricas no âmbito da teoria crítica – possui também um elemento de continuidade histórica que pode ser observado nas teorias *problem-solving*. Tal ponto é contemplado por Cox em um dos seus últimos textos.

A seguir, buscando um balanço crítico, apresentamos os limites da própria teoria crítica de Robert Cox, passando, enfim, para as considerações finais.

2 KENNETH WALTZ E O CONCEITO DE ESTRUTURA: LIMITAÇÃO PARA TEORIZAÇÃO

Waltz se firma como um autor central nas Teorias de Relações Internacionais já ao fim da década de 1950, quando publica sob forma de livro a sua tese de doutoramento sob o título de *O homem, o Estado, e a Guerra*. O livro, que se propõe como uma análise teórica, contém aspectos importantes que permearão o pensamento do autor e reaparecerão vinte anos depois em sua seminal *Teoria da política internacional*.

Em *O homem, o Estado e a Guerra*, ao perguntar-se quais as causas das guerras, Waltz chega à conclusão de que elas se podem agrupar em dois conjuntos: as causas eficientes e a causa permissiva. As causas eficientes são razões imediatas pelas quais os conflitos violentos entre Estados emergem: tem a ver com formas de Estados, competição por fronteiras ou mesmo desconfiança. Contudo, estas causas não seriam suficientes para pôr as guerras tão frequentemente em curso se não houvesse um fator crucial nesta equação: a anarquia do sistema de Estados que, ao agir como causa permissiva das guerras, indica que elas ocorrem porque não há nada que as impeça de ocorrer (WALTZ, 2001).

Esta concepção de anarquia passaria, nos vinte anos que separam *O homem, o Estado e a Guerra* e *Teoria da Política Internacional* por uma modificação em termos de concepção

metateórica, que Bittencourt (2018) chama de salto metodológico: há, entre estas duas obras, um refinamento para o autor do que pode ser concebido por teoria, como desenvolvê-la e como posicioná-la diante da realidade. É neste contexto que o conceito de estrutura de Waltz deve ser compreendido. Assim, pois, ainda que Waltz trabalhe com o termo “anarquia do sistema de Estados” em sua obra de 1959, e “condições internacionais” em 1967 (WALTZ, 1967), não é senão em 1979 que o termo se apresenta mais bem formatado, formatação esta que mantém muito da substância dos trabalhos anteriores.

Dedicando quatro capítulos dos nove que compõem sua *Teoria da Política Internacional* à questão da elaboração daquilo que seria uma teoria, sobretudo em sua formatação sistêmica, Waltz dá explícita nota de seus padrões de construção teórica. A teoria, para o autor, é uma imagem da realidade que se forma mentalmente, e serve como um instrumento para fazer sentido desta mesma realidade a que não se acessa diretamente (WALTZ, 1979; JACKSON, 2011; BITTENCOURT, 2018). A teoria explica regularidades, explica o porquê de o comportamento das unidades de análise caírem numa variação determinada de ações: daí deriva que a teoria não pode ser julgada verdadeira ou falsa; ela deve ser julgada em termos de sua potência de explicação (WALTZ, 1975; 1979; 1997; 2003).

Nessa mesma toada, as regularidades que a teoria explica não são quaisquer regularidades: elas são fenômenos que se dão no interior de um domínio, um campo de atividade: uma teoria não pode ser sobre todos os fenômenos que ocorrem, mas deve manter seu foco em um conjunto específico de atividades humanas – e Waltz busca fechar seu campo de atividade na *política internacional* (WALTZ, 1979; HALLIDAY; ROSENBERG, 1998). Com isso, Waltz estabelece o que poderíamos chamar de “ortodoxia” dentro do campo de estudos das Relações Internacionais, que vinha recebendo muitas contribuições da economia política internacional – da qual um dos exemplos é, justamente, a contribuição de Robert Keohane, Joseph Nye e Robert Cox durante a década de 1970, que flerta com muitos de seus aspectos³.

Ainda em suas perspectivas científicas, Waltz esclarece que os fenômenos de um campo de atividades devem ser explicados em termos de causadores pertencentes a este mesmo campo de atividades: se, portanto, se deseja explicar as regularidades na política internacional, deve-se buscar as causas disso nos elementos pertencentes à própria política internacional, e não em campos de atividades distintos, como a economia, por exemplo⁴.

Assim sendo, a regularidade que Waltz nota como fundamental na política internacional é a balança de poder⁵. Esta regularidade deve ser compreendida em termos sistêmicos, isto é, a partir de uma concepção de sistema internacional.

3 Não é por acaso que Keohane escreveria, em 1984, seu *After Hegemony: Cooperation and Discord in World Political Economy*. Agradecemos ao professor Eduardo Barros Mariutti por nos fornecer este *insight* muito importante em termos de institucionalização disciplinar.

4 É verdade que em diversos momentos Waltz recorre à teoria microeconômica buscando analogias para o desenvolvimento de sua teoria da política internacional. Mas devemos estar atentos a este movimento: Waltz busca *analogias* dentro das teorias econômicas, e não elementos explicativos em termos dos quais serão explicados os fenômenos da política internacional. Waltz nos diz, textualmente, que “raciocinar por analogia é de ajuda quando se se pode mover de um campo em que a teoria não está bem desenvolvida para um onde está. O raciocínio por analogia é permissível quando domínios diferentes são estruturalmente semelhantes” (WALTZ, 1979, p. 89). Ou seja, o movimento é o de buscar mecanismos similares em um campo que esteja melhor desenvolvido (teoria microeconômica), para um “moribundo” (WALTZ, 1975, p. 1). Todas as traduções ao longo deste texto são elaboradas pelos autores, salvo quando houver indicações contrárias.

5 Esta ideia acompanha Waltz desde 1959: “não algo obscuro, nem uma ilusão, mas um fato da vida política, uma lei científica descritiva, disseram Hume (...) e Morgenthau (...)” (WALTZ, 2001, p. 198).

Em Waltz (1979; 1988), o sistema internacional compõe-se de estrutura e unidades interativas. Unidades e estrutura se afetam mutuamente, e, por isso, a concepção de Waltz é sistêmica (WALTZ, 1979; 1997). As unidades são de grande importância ao sistema. No sistema internacional contemporâneo, elas são o Estado, segundo Waltz (1979). É no nível das unidades que se encontram as teorias de política externa, por exemplo.

Já a estrutura compõe-se de três elementos. O primeiro deles é a anarquia do sistema internacional – ou seja, um fator claramente político. A anarquia do sistema internacional funciona como “princípio ordenador” deste sistema: compreendida como ausência de autoridade comum e legítima entre todos os Estados, ela engendra nas unidades um tipo de raciocínio de “auto-ajuda” (*self-help*), ou, como colocado por Cartonnet (2011), “cada um por si”. É ela que faz com que as unidades busquem a satisfação de suas próprias necessidades, já que não há nenhuma outra entidade política que lhes garanta isso.

A necessidade básica de qualquer Estado é, para Waltz, a sua própria sobrevivência: esta noção baseia desde um Estado que deseje tão somente manter sua independência quanto um que busque a dominação mundial (WALTZ, 1979). Ela nos serve de princípio lógico básico porque, quaisquer que sejam os demais objetivos do Estado, ele deve buscar, primeiro, sobreviver (WALTZ, 1979; BITTENCOURT, 2018). Isso nos leva ao segundo elemento de estrutura: as unidades são indiferenciadas neste sistema. Isso quer dizer que as unidades são submetidas a tarefas *impostas pelo sistema*, como a própria sobrevivência, e, para isso, deverão contar com os próprios meios para garantir isso. Dessa forma, a replicação de capacidades pelos Estados é inevitável. Falamos de Estados porque eles são as unidades *par excellence* em uma teoria de *política internacional*: para Waltz, eles são os atores intrinsecamente políticos, ainda que não sejam os únicos atores das relações internacionais (WALTZ, 1979; BITTENCOURT, 2014). Dizer, pois, que os Estados são concebidos como unidades indiferenciadas é dizer, para Waltz, que eles são dotados de soberania, isto é, decidem por si mesmos como lidar com suas questões internas e externas (WALTZ, 1979).

Enfim, sendo as unidades indiferenciadas, elas se distinguem por um aspecto fundamental: suas capacidades. Entretanto, não são suas capacidades que compõem o terceiro elemento da estrutura do sistema internacional, mas sim a *distribuição* destas capacidades. A distribuição das capacidades entre estas unidades é um atributo do sistema, e ela nos permite pensar no sistema como um todo e definir, pois, a sua polaridade, isto é, quantos polos existem em determinado sistema internacional⁶. Buscando, pois, compreender a dimensão política da distribuição das capacidades entre as unidades políticas, Waltz nos informa que

os Estados, porque se encontram num sistema do tipo *self-help*, têm de usar suas capacidades em combinação para servirem a seus interesses. As capacidades econômica, militar, e de outros tipos que as nações possuam, não podem ser setorizadas e pesadas separadamente. Os Estados

6 Os sistemas internacionais, para Waltz, podem ser de configuração bipolar (dois polos), tripolar (três polos), ou multipolar (quatro ou mais polos). Nestes casos, podemos falar de balança de poder. Após o fim da Guerra Fria, a unipolaridade passa a ser um tema explorado – ainda que marginalmente – por Waltz, mas não é, a rigor, um esquema de balanceamento: trata-se aqui de uma *configuração estrutural* (BITTENCOURT, 2018), em que o poder está desbalanceado e, por estar desbalanceado, é um risco a todas as unidades que povoam o sistema (WALTZ, 2000).

não se colocam nas primeiras posições porque se sobressaem de uma ou outra maneira. Seu posicionamento depende de como eles se saem em todos os itens seguintes: *tamanho da população e do território, disponibilidade de recursos, capacidade econômica, força militar, competência e estabilidade política*” (WALTZ, 1979, p. 131, grifos nossos).

São estas capacidades que fornecerão aos Estados, então, as capacidades de avançarem seus interesses e, sobretudo, manter sua própria sobrevivência – o principal guia para suas ações (BITTENCOURT, 2018). Assim, pois, ao conceber estes elementos como formadores da estrutura de seu sistema internacional, sistema este imerso numa teoria de *política internacional*, Waltz submete as capacidades do Estado à ótica da política. A concepção waltziana de política é mais estanque, e se fundamenta na necessidade metateórica do autor de limitar um campo de atividade para poder desenvolver uma teoria sobre ele. Assim, as capacidades econômicas de um Estado interessam, por exemplo, por estarem submetidas à política, ou seja, ao conjunto de capacidades que podem ser compreendidas, em conjunto, como o *poder* do Estado, visando garantir sua sobrevivência (BITTENCOURT, 2018). Nesse sentido, Waltz desloca o entendimento anterior de a política entre as nações como sendo uma “luta pelo poder” (*struggle for power*) (MORGENTHAU, 2003), e passa a abordá-la como uma “luta de poder” (*power struggle*).

Um outro aspecto da concepção de estrutura de Waltz chama ainda mais atenção e é menos referenciada: sua *transponibilidade* (WALTZ, 1986). Diz-nos Waltz, em sua resposta aos críticos incluída na edição *Neorealism and its critics* (KEOHANE, 1986) que uma característica fundamental da estrutura do sistema internacional, como ele a define, é a de que podemos esperar resultados parecidos em situações de configuração estrutural semelhante (WALTZ, 1986). Esta característica é derivada da obra de S. F. Nadel (1957), e é daqui que Waltz justifica tirar sua concepção de transponibilidade. A leitura que Waltz faz de Nadel é muito coerente quando analisada a partir do interior de sua estrutura teórica, já que, segundo este último,

a construção intelectual de estruturas sociais não deve se furtar a um alto nível de abstração (a que o autor chama de “terceiro nível de abstração”), de modo a reduzirem-se as características qualitativas, não se importando com casos particulares (NADEL, 1957, p. 106). Assim sendo, manter-se-ia o aspecto mais fundamental de uma estrutura enquanto esforço intelectual: sua capacidade de ser transposta (NADEL, 1957, p. 104). Entretanto, sua transposição apresenta limites: “um desenho desse tipo jamais poderia ser livremente transposto para um tipo diferente de material, por exemplo, de dados de parentesco para dados descrevendo alguma organização política ou religiosa, por exemplo” (NADEL, 1957, p. 104). Quando Waltz (1986) fala da transposição de seu conceito de estrutura, da maneira como Nadel (1957) permite tal transposição, isso se relaciona sobretudo ao domínio da política internacional, cuja teoria Waltz apresenta. Nas palavras do autor, suas estruturas bipolar e multipolar enquanto balanceamento de poder encontram-se sempre que “dois, e apenas dois requisitos se encontram: que a ordem seja anárquica e que seja povoada

por unidades desejosas de sobreviverem” (WALTZ, 1979, p. 121). Quando essas duas condições se encontram dentro de um domínio concebido como “política internacional”, espera-se que as expectativas geradas por um determinado tipo de estrutura sejam úteis para se o pensar. Entretanto, transferir tal noção para um domínio para o qual não foi projetada é comprometer sua característica mais fundamental: novamente, sua capacidade de transposição (BITTENCOURT, 2018, p. 240).

Esta concepção estanque de política e economia viria a se contrapor frontalmente com a perspectiva que Keohane e Nye vinham desenvolvendo ao longo da década de 1970, por exemplo. E também não escaparia da perspicácia de um de seus principais críticos: Robert Cox, a cujo conceito de estrutura nos remeteremos na próxima seção. Contudo, como percebemos também, há uma consistência interna em termos teóricos e metateóricos, em Waltz, que se refere à necessidade de limitação do domínio político-internacional e, nesse sentido, sua ideia de estrutura política internacional torna-se transponível. Em alguma medida, esta concepção é concebida por a-histórica, o que é também um ponto de crítica na caracterização de teorias críticas e *problem-solving* no debate levado a cabo por Cox e o *mainstream* teórico das Relações Internacionais na década de 1980.

3 A DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE ESTRUTURA EM COX: TEORIAS *PROBLEM-SOLVING* E CRÍTICAS

O canadense Robert Cox é o mais conhecido dos autores a usar as ideias de Gramsci visando à compreensão dos fenômenos internacionais. Entretanto, o próprio autor vê com ressalvas o rótulo de “neogramsciano” a seu pensamento (rótulo este também contestado por outros autores), o que levou à adoção neste trabalho da metodologia de valer-se dos autores no mérito de seus trabalhos em vez de rótulos generalizantes (WAEVER, 2005). Sobre isso, o próprio autor esclarece:

diversos dos meus críticos me identificaram como Gramsciano, ou mais comumente “neoGramsciano”; e alguns me criticaram por oferecer uma interpretação incorreta de Gramsci. A isso, eu responderia que pode haver diferentes leituras de Gramsci, assim como de qualquer outro grande pensador, leituras estas condicionadas pela perspectiva e pelas preocupações do leitor. A pergunta pertinente não é: “eu corretamente entendi Gramsci?”, senão: “as inferências que eu traço (talvez incorretamente, mas não estou preparado para admitir isso) a partir de Gramsci auxiliam a compreender o fenômeno histórico que é o objeto de minha pesquisa?”. A preocupação deveria ser com a adequação do entendimento de mundo de Cox em vez da adequação de seu entendimento de Gramsci. (COX, 2002, p. 29)

Portanto, mantendo fidelidade à proposição metodológica proposta, o fato é que há ideias advindas de Antonio Gramsci no pensamento de Cox utilizadas para criticar o trabalho de Waltz e, em certa medida, expandir os “pontos cegos” contidos em tal teoria. Nesse sentido, apesar de esquivar-se aos rótulos, seria praticamente impossível que o autor escapasse das críticas sobre sua forma de valer-se de categorias gramscianas de análise. Feitas tais considerações iniciais, resta-nos saber como se articulam as ideias de Cox em relação ao realismo estrutural e seu conceito de estrutura.

De acordo com seus relatos autobiográficos (COX, 2013, p. 275), a intenção de aprofundar sua leitura de Gramsci em 1983 (COX, 1983) foi acompanhada de um interesse, ao menos velado, de se contrapor ao positivismo e, nele incluso, Kenneth Waltz. Neste debate implícito, Cox relatou sua impaciência em reduzir a política a uma “ciência” positivista baseada em “dados” a serem classificados e organizados em regularidades sintetizadas em “leis” comportamentais. Embora Cox não descartasse por completo tais esforços para aquilo que ele chamava de uma “ciência” da política, considerava que poderia aceitar proposições emergentes de tais esforços como úteis para a pesquisa na qualidade de questões heurísticas, mas não leis universais, desde que o contexto mais amplo de incentivos e constrangimentos referentes a hábitos, pensamentos e aspectos materiais não fossem excluídos.

Embora não cite Waltz na linha de argumentação acima mencionada, léxico semelhante com uma explícita menção ao autor norte-americano apareceu em texto de 1985 (COX, 1999b [1985], p. 52), rotulando-o como positivista no âmbito da ciência, ao encontrar leis referentes a regularidades na atividade humana estável na forma “se A, então B” e no desenvolvimento de teorias que explicam o porquê de leis observáveis sustentarem esferas específicas de atividade. Tais leis e teorias buscariam o avanço do conhecimento catalogando eventos externamente observáveis.

A teorização de Cox tem uma centralidade em dois conceitos, que guardam grande aproximação e nexos com a obra do marxista da Escola de Frankfurt Max Horkheimer (1991), que distingue teoria tradicional e teoria crítica: a distinção entre teoria *problem-solving* e teoria crítica⁷. A teoria *problem-solving*, para o autor, está ligada ao propósito de dar respostas a problemas dentro de uma dada realidade. Tal teoria “toma o mundo como o encontra, com as prevaletentes relações sociais e de poder e as instituições em que elas se organizam como uma estrutura de ação dada” (COX, 1986, p. 208), de modo que seu propósito está na solução de problemas pontuais da realidade, dentro de um escopo limitado e com um número menor de variáveis. Já a teoria crítica está preocupada com as origens de determinado ordenamento, e como a realidade pode estar em processos de mudança e quais as alternativas que se apresentam para tal: “a abordagem crítica direciona para a construção de uma figura mais ampla do todo, em que a parte inicialmente contemplada é apenas um dos componentes; e busca compreender os processos de mudança em que as partes do todo se envolvem” (COX, 1986, p. 209).

Assim, as teorias críticas veem as teorias *problem-solving* de forma a interpretá-las como pertencentes a uma determinada perspectiva e com um dado propósito: é neste sentido que as teorias *problem-solving* são facilmente identificáveis como alinhadas à manutenção do *status quo*, e normalmente com consequências conservadoras de uma ordem a respeito da qual o seu

7 Tal estatuto epistemológico é mais próximo de Horkheimer, mas nada tem a ver com as formulações epistemológicas da obra de Gramsci (1975: pp. 1205-1510), na qual não existe tal dualismo (cf. PASSOS, 2013). Embora Cox escreva que “é impossível considerar o marxismo como uma única corrente de pensamento sem grande risco de confusão” (Cox, 1986, p. 214), parece ele mesmo cair em tal armadilha.

proponente se encontra confortável. É aqui que se identifica o propósito da teoria crítica de Cox: estabelecer possibilidades alternativas de superação da ordem vigente através da transformação histórica. É nesse ponto que se estabelece uma divergência gritante entre o autor canadense e Waltz: o estadunidense está muito mais preocupado com os padrões de continuidade do sistema internacional (não à toa sua referência é o equilíbrio de poder como uma espécie de “lei” da política internacional), enquanto o propósito de Cox é justamente o que Waltz não contempla (ou não contempla senão *en passant*): a transformação da ordem mundial.

Outro ponto tratado por Cox é a respeito da ideia de Estado e como ele é tratado. Para o autor, as unidades básicas das relações internacionais são os Estados compreendidos como diferentes complexos que envolvem as relações entre sociedade civil e o Estado, de modo que a separação entre esses dois conceitos sirva a propósitos puramente convencionais para a produção acadêmica, visando unicamente ao ganho compreensivo, e não a uma indicação de esferas distintas de análise (COX, 1986, pp. 204-205). Assim, a sociedade civil e o Estado se influenciam mutuamente, principalmente devido aos fatores de produção: para Cox, as forças produtivas (“social forces”) têm um determinado poder de ação que afeta a relação da sociedade civil com o Estado, formando diferentes complexos que refletirão na ordem mundial e usa para tanto a ideia de bloco histórico, presente no pensamento de Gramsci: “Gramsci via as ideias, a política e a economia como reciprocamente relacionadas, conversíveis umas nas outras e unidas num *blocco storico*” (COX, 1986, p. 250, nota 8). A concepção de Estado da teorização de Waltz não permitiria ao estudioso prestar atenção nas diferentes formas de produção, em torno do qual se organizam tanto a política quanto as ideias.

É neste âmbito que está presente a ideia de *estrutura histórica* para Cox: uma estrutura, para ele, compõe-se das capacidades materiais, das ideias e das instituições de um determinado período. As capacidades materiais dizem respeito tanto às forças produtivas quanto às forças destrutivas de uma entidade; as ideias dizem respeito a significados compartilhados e “imagens coletivas” entre as partes que formam o todo; e as instituições têm papel fundamental na manutenção e estabilização da ordem vigente (COX, 1986, pp. 217-218). Aplicando-se diretamente, portanto, tal estrutura, tem-se que as capacidades materiais referem-se às forças produtivas; as ideias, às formas e Estado; e as instituições, ao ordenamento mundial. Ou, nas palavras do próprio autor,

a metodologia das estruturas históricas é aplicável aos três níveis, ou esferas de atividade: (1) a organização da produção, que mais precisamente diz respeito às *forças sociais* engendradas pelo processo de produção; (2) *formas de Estado* como derivado do estudo de complexos Estado/sociedade; e (3) *ordens mundiais*, ou seja, as configurações específicas de forças que sucessivamente definem a problemática da guerra ou da paz para o conjunto de Estados. Cada um destes níveis pode ser estudado como uma sucessão de estruturas rivais, dominantes e emergentes. Os três níveis estão inter-relacionados (COX, 1986, p. 220-1).

A estrutura impõe alguns padrões, os quais se pode obedecer, ou aos quais se pode resistir, entretanto, ignorá-los não é uma opção (COX, 1986, pp. 217-18). É em consequência disso que a teorização de Cox chama para si um dos talvez mais conhecidos termos do pensamento de

Gramsci (e extremamente vulgarizado nos estudos de Relações Internacionais sem muitas vezes se especificar o que se pretende dizer com ele): o de *hegemonia*⁸. A hegemonia é, no pensamento de Cox, uma das possibilidades de dominação (pode haver dominação sem hegemonia). Ela traz consigo um elemento de consensualidade, legitimidade, e está relacionada ao âmbito das ideias, que se materializam, como se pode inferir, na forma de instituições:

Dessa maneira, uma estrutura hegemônica da ordem mundial é uma em que o poder toma principalmente a forma de consenso, distinta de uma ordem não-hegemônica em que há potências rivais manifestas e nenhuma delas foi capaz de estabelecer a legitimidade de sua dominância. (COX, 1986, p. 251, nota 16)

A hegemonia como utilizada por Cox une um elemento ideológico e de significado intersubjetivo à relação do poder bruto (COX, 1986, p. 246). Nesse sentido, o autor elenca duas necessidades de identificação ao se tratar de uma ordem hegemônica: ela funciona principalmente por meio do consenso e princípios que se pretendem universais e ela se baseia numa certa estrutura de poder e a ela serve⁹. É importante notar que a dominância provida pela hegemonia não é necessariamente exercida por um Estado, ou um conjunto de Estados, mas pode ser exercida por poderes tanto estatais quanto privados, daí a importância central das forças produtivas no pensamento de Cox:

as forças sociais não devem ser pensadas como existindo exclusivamente dentro dos limites dos Estados, e as estruturas mundiais podem ser descritas em termos de forças sociais da mesma forma que podem ser descritas como configurações de poder estatal. O mundo pode ser representado como um padrão de forças sociais em interação em que os Estados agem de maneira intermediária mas autônoma entre a estrutura global de forças sociais e as configurações locais de forças sociais dentro de países específicos. Isso pode ser chamado como uma perspectiva de economia política do mundo: o poder é visto como *emergindo* dos processos sociais em vez de ser tomado como dado nestes processos. (Parafrazeando Marx, pode-se descrever esta última visão neorrealista como o “fetichismo do poder”). Ao buscar uma perspectiva da economia política, nos movemos da identificação de características estruturais das ordens mundiais como configurações de capacidades materiais, ideias e instituições para explicar suas origens, crescimento e fim em termos de inter-relações dos três níveis de estruturas (COX, 1986, pp. 225-226).

8 Uma das passagens mais importantes dos escritos carcerários gramscianos para a caracterização da hegemonia em toda a sua complexidade e em termos de um processo histórico é o parágrafo 17 do caderno 13 (GRAMSCI, 1975, pp. 1578-1589), que versa sobre as relações de força.

9 A leitura dualista de Cox sobre hegemonia (hegemonia e contra-hegemonia ou hegemonia e ausência de hegemonia) não encontra par na obra de Gramsci, para quem todo conflito e processo histórico encerram uma disputa entre projetos hegemônicos. Sejam eles plenos em escopo ou alcance ou não, ocupantes da posição hegemônica ou não. A provável origem do termo contra-hegemonia é devida a Williams (1977).

É através dessa estrutura ligada às forças produtivas que se pode compreender, com suas dimensões históricas, o fenômeno do imperialismo, que para Cox, não tem uma essência (o que seria a reificação do fenômeno), mas somente pode ser contemplado por análise histórica acerca de sua origem e manutenção:

o sistema imperial é uma estrutura da ordem mundial que se baseia sobre uma configuração específica das forças sociais, nacionais e transnacionais, e os Estados do centro e da periferia. (...) Não se pode esperar compreender o sistema imperial em se identificando o imperialismo com atores, sejam Estados ou multinacionais; ambos estes são elementos dominantes no sistema, mas o sistema como uma estrutura é mais do que a sua soma (COX, 1986, p. 229).

Na sua ânsia por tentar estabelecer uma teoria crítica das Relações Internacionais, Cox elabora sua explicação para a estabilidade de determinadas ordens mundiais, e a que (ou quem?) serve tal estabilidade, sendo o ponto principal de tal explicação a elaboração de alternativas à ordem vigente. Entretanto, a impressão que fica, devido ao uso recorrente da ideia de estrutura, é que Cox move seu foco das capacidades materiais do Estado para as capacidades produtivas, dando um viés mais econômico a sua teoria, o que escapa à limitação de Waltz, que propõe, desde o começo, uma teoria de *política* internacional. Entretanto, é compreensível que para Cox, a partir de sua leitura da ideia gramsciana de *blocco storico*¹⁰, a distinção entre política e economia não seja senão artificial, posição que é evidenciada no início de seu texto.

Outro componente importante a acrescentar no tocante à complexidade das estruturas históricas diz respeito a uma relevante leitura que compõe seu aparato teórico, qual seja, aquela de Braudel (1978). Neste sentido, a seguinte passagem elucida a ausência de linearidades únicas que permeiam os planos nacional e internacional associadas ao historiador francês que evidenciam uma estrutura histórica de longa duração e a possível concomitante emergência de uma estrutura histórica alternativa:

O historiador francês Fernand Braudel enfatizou que a história ocorre dentro de estruturas históricas. Uma estrutura histórica é uma estrutura de ação, um sentido de relação entre forças básicas, que duram, permanecendo relativamente estáveis, sobre um longo período de tempo histórico. Uma estrutura histórica é lentamente transformada no tempo. A configuração de forças que a produziram não determinam ações de nenhuma maneira direta ou mecânica, mas sim impõe pressões e constrangimentos. Indivíduos e grupos podem se movimentar com pressões ou resistir e se opor a elas, mas não podem ignorá-las. À medida que eles logram sucesso ao resistir às limitações de uma estrutura histórica prevalecente, eles

10 Ressalte-se que Gramsci (1975) não faz menção a um bloco histórico internacional em sua obra. A sua referência de análise nesta categoria é sempre o plano nacional. Tal categoria se assemelha à congênere marxiana de formação econômico-social. Ver a respeito Galastri, 2015.

apoiam suas ações com uma configuração de forças alternativa e emergente, uma estrutura rival. A relativa estabilidade da estrutura histórica, a estabilidade do contexto em que as ações históricas ocorrem, moldam o pensamento sobre aquilo que é possível para aqueles que vivem em seus limites. Ela engendra um “senso comum” sobre a realidade que pode durar por muito tempo. Isso é o que Braudel chamou de *longue durée* - uma estrutura histórica que pode parecer fixa ao ator histórico vivendo dentro dela, mas a qual o historiador pode observar retrospectivamente em mutação por um longo período de tempo. A tarefa do historiador é reconstruir estas estruturas históricas em sua própria mente e modo a ser capaz de compreender o significado daquilo que os atores fazem e daquilo que as consequências significam dentro daquela estrutura durável mas, em última análise, transitória. (COX, 2013, pp. 275-276)

Tal passagem se reveste de grande importância na medida em que é uma das poucas nas quais Cox, em toda a sua obra, aprofunda sua sistematização de forma um pouco mais densa sobre a sua compreensão do aspecto histórico das estruturas.

Outra passagem não menos importante remete ao caráter heterogêneo e não uniforme da estrutura em termos dos diferentes tempos no seu interior. Apesar de longa, ela evidencia a combinação de diferentes temporalidades de mudanças nas estruturas históricas no âmbito das distintas esferas do conjunto da atividade humana em termos do nexo da longa duração com a conjuntura. A passagem evidencia também um ponto relevante sobre a perspectiva histórica coxiana, qual seja, a lógica braudeliana de proporcionar uma ponte entre o equilíbrio da sociologia estrutural-funcionalista e a perspectiva histórica de mudança num conflito entre as dialéticas de Vico e de Marx, devidamente destacado no fim deste trecho (COX, 2013, p. 329, destaque dos autores no final):

Para Braudel, aspectos diferentes da vida humana e social têm diferentes tempos. Mudanças econômicas marcham num ritmo diferente daqueles da arte e da arquitetura, ou daqueles das mudanças em leis e costumes. Nisso ele difere da visão de Vico ou Spengler em que todos os aspectos da sociedade mudam simultaneamente de um único ímpeto. Para Braudel, mudanças nestes departamentos distintos da vida não deixam de estar relacionados, mas não são sincrônicos. Dessa forma, há uma história das mentalidades que se movimenta num passo diferente da história da vida material, mas que interage com ela.

Em todas estas histórias - estes “tempos” diferentes - há três níveis de tempo de acordo com Braudel. O nível do imediato é o nível dos eventos (*l'histoire événementielle*). Os eventos podem ser registrados mas não se explicam por si sós. Para que sejam explicados, eles devem ser entendidos dentro de seu contexto no tempo e no espaço. O primeiro nível de explicação é o que Braudel chamou de *conjonctures*, uma estrutura temporal intermediária como aquela de um longo ciclo econômico, uma configuração persistente

de forças sociais, como o Fordismo ou a democracia social, ou a duração de um paradigma científico. A *conjuntura*, por sua vez, é explicável dentro da estrutura da *longue durée*, uma estrutura histórica criada pela atividade humana coletivamente por um período de tempo longo que vem a ser encarada no senso comum como a ordem natural das coisas. A linguagem, o código moral, as relações de propriedade, o Estado e o sistema de Estados são todos construções da atividade humana na *longue durée*. Embora venham a ser vistas como fundações permanentes da vida humana, todas elas são sujeitas a uma modificação lenta através da atividade humana coletiva, e esta modificação pode, frequentemente em retrospectiva, atingir pontos de transformação radical em direção a novas estruturas históricas. Uma estrutura histórica da *longue durée* deve ser compreendida tanto numa dimensão sincrônica como numa dimensão diacrônica - ambas em termos das interações e interdependências de seus distintos elementos componentes, e em termos de seu desenvolvimento ao longo do tempo. A *magnum opus* de Braudel sobre a economia-mundo do capitalismo parecia privilegiar o sincrônico, a compreensão da economia como um sistema mundial; mas é possível ler nisso que o propósito de compreender a dimensão sincrônica é para ser capaz de perceber as contradições através das quais as transformações estruturais podem advir. *A teorização de Braudel sobre a história oferece uma ponte entre a homeostase da sociologia estrutural-funcional e a mudança estrutural através do conflito entre a dialética de Vico e de Marx.*

Em suma, ao longo desta seção, buscou-se mostrar a maneira como Cox aparentemente concebe as estruturas de uma ordem mundial ligadas à definição das teorias críticas de forma a conceber a possibilidade de mudanças nas estruturas históricas, suas diferentes temporalidades no conjunto das esferas da atividade humana em termos nacionais e internacionais, combinando a longa duração com a conjuntura. A despeito de eventuais diferenças com Gramsci, o historicismo absoluto do comunista sardo (GRAMSCI, 1975, p. 1437) parece se ligar à perspectiva de transformação histórica ligada a Marx, Vico e Braudel, referências importantes para Cox. Contudo, o trecho destacado na última passagem reproduzida acima dá o ensejo para “pontes” buscadas pela perspectiva coxiana que abrem novos argumentos no exame das estruturas em termos de teorias críticas e *problem-solving*, como se verá a seguir.

4 COX CONTRA COX?: OS LIMITES DA TEORIA CRÍTICA COXIANA

A diferença entre as teorias críticas e as teorias *problem-solving* em termos da diferenciação entre, respectivamente, Cox e Waltz parece opor uma caracterização clara.

De um lado, a teoria crítica é afeita a um quadro holista unindo nacional e internacional em infinitas variáveis em perspectiva de propósito transformador que acompanha a mesma

qualidade da história, que pauta de modo irremediável as várias dimensões das estruturas históricas. Numa palavra, a teoria crítica diz respeito à historicidade.

De outro lado, a teoria waltziana, se propondo a teorizar somente a política internacional nos seus aspectos mais relevantes delimitados no âmbito de uma perspectiva de estrutura mais limitada em escopo e em variáveis com Estados que se comportam dentro de um padrão de leis e de uma anarquia como princípio ordenador no sistema. Portanto, algo que, em princípio, possui uma compatibilidade com uma perspectiva específica de continuidade, de objeto e de padrões observáveis que corroboram uma visão mais estável de uma certa forma de definir uma estrutura e que se adequa à finalidade mais restrita e conservadora de uma teoria *problem-solving*. Em outras palavras, a ausência de historicidade (como presente na ideia de transponibilidade, abordada na primeira seção) e a respectiva catalogação coxiana de uma abordagem positivista.

Todavia, esse dualismo metodológico que diferencia tais teorias não as torna rigorosamente excludentes umas em relação às outras. O argumento acima apresenta uma tensão em relação a algumas das elaborações mais precoces e mais tardias na obra coxiana. Vejamos alguns destes momentos em cinco produções de Cox em perspectiva cronológica aproximada.

Em 1976, Cox (1999a, p. 62) assinalava a existência de três abordagens para se pensar uma ordem mundial futura: a natural-racional, a positivista-evolucionista e a historicista-dialética. Todas elas, segundo o próprio Cox, possuíam de forma explícita ou implícita, um modelo distintivo de processo histórico através do qual o futuro poderia ser concebido.

Para o foco e os propósitos deste texto, não cumpre aprofundar esta catalogação e sim desenvolver a maneira como o autor canadense lida com a perspectiva histórica na forma como cada uma destas abordagens é tratada.

A abordagem natural-racional se funda numa dualidade que distingue dois componentes. O primeiro é uma natureza interior passível de conhecimento pela razão, ligada à universalidade da natureza humana essencial. Ela se diferencia do segundo componente, as diferenças observáveis nas instituições humanas e no comportamento, que constituem o registro histórico das várias tentativas de realizar o potencial humano. Identificado com o pensamento de autores como Maquiavel, Cox vê neste modelo uma caracterização cíclica da história.

A importância da referida dualidade que pauta o enfoque natural-racional é negada pela abordagem positivista-evolucionista, que privilegia o método científico para o estudo do mundo e da natureza, junto com o exame dos fenômenos externos e seus dados, catalogados de acordo com suas regularidades. O progresso científico dá ensejo à descoberta cumulativa de leis científicas na forma de consequências previsíveis sob certas condições prescritas. Neste enfoque, os eventos históricos devem ser convertidos em objetos, na forma de unidades mensuráveis e comparáveis. Normalmente, a vida social é reduzida a duas e relevantes variáveis num modelo sistêmico. Cox identifica esta abordagem com o estrutural-funcionalismo de autores como Mitrany (COX, 1999a, p. 71), Durkheim e Tönnies, e entende que ela pauta a história em termos de uma projeção das tendências observadas na sociedade contemporânea, suas manifestações de distribuição de poder, formas de relações sociais e normas que apontam tendências futuras (COX, 1999a, pp. 62-64). É notável que o positivismo aqui referido não menciona Waltz mas dele se aproxima ao lidar com modelos de poucas variáveis, previsibilidade e regularidades dos fenômenos a partir de leis científicas.

O terceiro enfoque, historicista-dialético, lida de forma holista com o processo histórico com um método que considera a compreensão e explicação dos fatos, alinhando-se com os aspectos

internos da mente humana de forma integrada com a totalidade da ação e do pensamento contemporâneos. O componente dialético diz respeito ao resultado de uma transformação decorrente de um conflito entre duas concepções contrastantes, o principal ingrediente desta perspectiva (COX, 1999a, pp. 63-64). Observam-se aqui alguns elementos da definição da teoria crítica que Cox enunciaria no texto de 1981 (COX, 1981), que seria ampliado em 1986 (COX, 1986).

A tensão referida no início desta seção se manifesta na forma como Cox trata a abordagem positivista em comparação com a sua definição das teorias *problem-solving*: o positivismo contempla uma abordagem histórica, ao contrário de sua caracterização nos textos de 1981 e de 1986. Portanto, em alguma medida, o componente histórico se faz presente de alguma forma na maneira como os distintos enfoques tratam a temática da estrutura.

A aparente exclusão entre história e teorias *problem-solving* remete ao segundo e terceiro momentos, contemplados nos textos de 1981 e 1986. Porém, emerge nestes textos também uma tensão não resolvida entre teorias críticas e teorias *problem-solving* no tocante ao componente histórico da estrutura em cada um destes conjuntos de teorias. Não se trata, a rigor, de uma exclusão. Há uma boa dose de ambiguidade. Conforme Cox (1981, pp. 129-130; 1986, p. 209), a fraqueza de uma teoria é a força de outra. Cox identifica a adequação da teoria crítica para os quadros de transformação histórica, ao passo que a teoria *problem-solving*, mesmo com uma série de ressalvas, se adequa aos quadros de maior estabilidade.

O quarto momento para assinalar tal tensão remete justamente a um dos momentos e textos mencionados na seção anterior (COX, 1999b [1985]) no qual Cox buscava aprofundar sua diferenciação ao positivismo de Waltz retomando a sistematização do debate de vários autores, como o próprio Cox, com o autor estadunidense¹¹. Urge destacar uma passagem lapidar nesta etapa (COX, 1999b [1985], p. 57, destaques dos autores):

Há dois conceitos de história opostos, cada um dos quais se fundamenta intelectualmente na separação entre sujeito e objeto. Uma é a separação metodológica por meio da qual eventos são concebidos como uma série infinita de dados objetificados. Esta abordagem busca leis universais de comportamento. O realismo estrutural, como notado, é uma destas manifestações. A outra busca a subjetividade da ação histórica como determinada por um processo histórico objetificado. Ela busca compreender as “leis de transformação” da história. Ambos estes conceitos de história se emprestam prontamente à ideologia: uma tornando-se a ideologia reificadora do status quo; a outra, a ideologia sustentando a revolução ao revelar a certeza inerente na expectativa historicista do desenvolvimento dialético que surge das contradições das forças existentes - uma concepção em que, como argumentado, sujeito e objeto se unem. O neorealismo, tanto em sua forma estruturalista waltziana como em sua forma interacionista de teoria dos jogos, aparenta ser, ideologicamente, a ciência a serviço da gestão do sistema internacional de grandes potências. Há um

11 Trata-se do debate de vários autores com Waltz inserido na coletânea mencionada anteriormente (KEOHANE, 1986).

caráter inequivocamente panglossiano numa teoria publicada no final dos anos 70 que conclui que o sistema bipolar é o melhor dos mundos possíveis¹². *O momento histórico deixou sua marca indelével sobre esta ciência supostamente universalista.*

Depreende-se do trecho reproduzido que tanto a abordagem crítica quanto aquela positivista se coadunam com perspectivas históricas, embora com significados distintos. Aqui, o léxico coxiano não é de uma não-historicidade ou de uma a-historicidade – como aparece nos textos de 1981 e 1986 – e sim de que há conceitos de história distintos. Uma dúvida fundamental emerge: há clareza sobre o que Cox denomina história e sua ausência por oposição a distintos conceitos de história? Tudo sugere que não existe esta definição no conjunto de sua obra. Tal limite não é definido nem mesmo no seu último texto publicado na vida, e que se constitui no quinto e último momento da argumentação.

Em seu livro autobiográfico, Cox (2013, p. 277) reafirma a tese que a fraqueza de uma teoria é a força de outra. Permanece a tensão entre as teorias críticas e as teorias *problem-solving* como não mutuamente excludentes (COX, 2013, p. 278) na avaliação da estrutura de uma ordem mundial:

reconheci que diferentes períodos da história favoreciam uma ou outra abordagem à teoria. Períodos de aparente estabilidade nas relações de poder favoreciam a abordagem *problem-solving*. A Guerra Fria foi um destes períodos. Nas relações internacionais, este período promoveu a concentração sobre problemas de como gerir uma relação aparentemente durável entre duas superpotências. Contudo, a incerteza na estabilidade das relações de poder globais fortaleceu uma mudança em direção à teoria crítica, à medida que tornou-se importante compreenderem-se as oportunidades e riscos da mudança na estrutura da ordem mundial.

Outra passagem significativa reforça a ausência de clareza referida nesta seção. Nela, Cox evoca Braudel, referência historiográfica importantíssima para sua abordagem crítica. Entretanto, chama a atenção que Cox situa Braudel para sinalizar um aspecto histórico das teorias *problem-solving*, usando textualmente a expressão “*problem solving*” e associando-a com a ausência de mudanças na história. Em outras palavras, Cox (2013, p. 317) reitera a partir de sua leitura de Braudel um elemento de continuidade histórica e ausência de transformações que, conforme foi visto acima, é associado às abordagens positivistas e *problem-solving*:

Fernand Braudel e a escola de historiadores dos *Annales* usam os termos sincrônico e diacrônico para comunicar esta dualidade. O sincrônico cobre a dimensão das interações dentro de um sistema social existente, um conjunto predominante de estruturas. Ela é o campo daquilo que Braudel

12 Como se já não fosse explícito o suficiente, Waltz tem um artigo publicado em 1964 chamado “A estabilidade de um mundo bipolar” (“The stability of a bipolar world”, no original), cujos argumentos são retomados no livro *Teoria da Política internacional*, este sim do final da década de 1970 (1979, exatamente). Vide Waltz (1964; 1979).

chamou de *histoire événementielle* - história dos eventos. É o campo do *problem solving (sic)*, com a ordem prevalecente das coisas. A dimensão diacrônica é a dimensão da durabilidade estrutural e da mudança estrutural, o que Braudel chamou de *longue durée*. Somos confrontados aqui pela questão de como a ordem existente surgiu, quais suas contradições internas, e como ela pode ser mudada. [...] A dimensão espacial sincrônica encoraja um sentimento de inevitabilidade - na frase favorita de Thatcher, “não há alternativa”, reduzido popularmente à época a TINA¹³.

Ou seja, existe um componente histórico sincrônico, de uma espécie de um “eterno presente” imutável que se adequa ao escopo do componente histórico que forma a estrutura das teorias *problem-solving*. Tal componente é avesso a uma concepção de história que leva em conta a perspectiva diacrônica, que contempla as transformações, ponto característico das teorias críticas.

Mostrou-se ao longo desta seção alguns pontos resumidos a seguir. Na obra de Cox, desde os seus esboços que antecedem a definição de teoria crítica em 1976, existem diferentes definições de história em distintas abordagens sobre a ordem mundial e a forma como isto é concebido em suas estruturas. Nos textos de 1981 e de 1986, surge uma formulação aparentemente excludente entre teorias críticas históricas e teorias *problem-solving*, não-históricas e a-históricas, que não se confirma já que ambas as teorias são aceitas por Cox, embora ele faça ressalvas ao segundo tipo de teoria. Paradoxalmente, em 1985, atribui uma definição de história própria a cada uma destas teorias. Na sua última obra, seu livro de memórias, admite também a possibilidade de se aceitar ambas as teorias de acordo com a especificidade da cronologia a qual cada uma se aplica. Ademais, admite que existe uma concepção de história na estrutura ligada à imutabilidade que se desdobra de um autor que é considerável referência para a abordagem crítica, Fernand Braudel.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sua própria definição, Cox (2002, pp. 28-29) não se esquivava de se considerar um autor eclético¹⁴. A teoria crítica por ele proposta não supera completamente as teorias *problem-solving* e faz composições com aspectos de algumas destas teorias por ele criticadas, fazendo jus à análise e formulação de Andrew Linklater (apud JAHN, 1998, p. 626) segundo a qual a teoria crítica constrói pontes entre as ilhas de teoria, possibilitando emprestar unidade e liderança no campo disciplinar das Relações Internacionais. Raciocínio semelhante é usado por Cox na sua leitura de Braudel, conforme mencionado acima. Braudel possibilita pontes entre a sociologia estrutural-funcionalista e o horizonte dialético de mudança histórica presente em Marx e em Vico.

Fica patente a ausência de uma maior sistematização e clareza na obra coxiana a respeito do nexos da história com as estruturas tanto nas teorias críticas, como nas teorias *problem-solving*. Fica evidenciada uma tensão de opor teorias históricas e teorias a-históricas e não-históricas de

13 “TINA” é sigla referente ao contexto do ápice de Thatcher no poder na Grã-Bretanha em que seu programa político era propagandeado como inevitável. São as iniciais em inglês da expressão de “there is no alternative”.

14 Sobre o ecletismo conceitual de Cox, consultar SAAD-FILHO; AYERS, 2008.

um lado, e, de outro, o entendimento de que todas as teorias trazem consigo concepções diferentes de história no âmbito de suas respectivas estruturas.

No que tange ao comparativo entre Waltz e Cox, alguns pontos resumem os dois autores.

O primeiro possui um escopo bastante delimitado de uma teoria da política internacional com poucas variáveis, a saber, estrutura e Estados. Identifica os constrangimentos estruturais na interação entre Estados e unidades projetando uma lei tendencial ao equilíbrio de poder tendo como princípio ordenador a anarquia internacional. Portanto, identifica elementos relevantes na estrutura para padrões de comportamento histórico das unidades políticas. Este comportamento se dá dentro de uma estrutura política que, por abstrair todos os elementos das unidades buscando manter apenas aqueles indispensáveis, dá origem a um tipo de estrutura política internacional que é transponível e, portanto, é independente de contingências históricas, podendo se caracterizar dentro do tipo de teoria *problem-solving* a que Cox se referiria em 1981 (posteriormente, pois, à obra de Waltz que define o conceito de estrutura, a qual data de 1979).

Já Cox busca um escopo nada delimitado de teoria, de cunho holista em que a estrutura possui um nexos com inúmeras variáveis e que, a despeito dos constrangimentos que ela exerce sobre os Estados, ela se insere numa complexa perspectiva das várias dimensões interligadas da vida social que articulam conjuntura e história sempre vislumbrando um elemento de transformação não ressaltado pelas teorias *problem-solving* e pela teoria de Waltz. Diferentes tempos históricos, não contemplados nas teorias criticadas, permeiam esta dinâmica de transformação.

Do exposto, temos que a hipótese que buscamos investigar ao longo deste texto se sustenta: ambos os autores apresentam concepções distintas sobre o que se possa estabelecer como uma teoria da política internacional. Esta distinção se dá desde a própria concepção daquilo que seja a política, o que é muito mais rígido do ponto de vista de Waltz, e mais fluido para Cox, donde derivam as possibilidades que o canadense vislumbra para a mudança da realidade social. Imersos num debate por muitas vezes indireto, Cox e Waltz apresentam-se como pontos distintos acerca da teorização dos fenômenos internacionais, e mesmo quais seriam os fenômenos a serem estudados. Se por um lado a contribuição de Waltz reside na proposição sistemática dos elementos tradicionalmente legados à política internacional, a de Cox se situa no âmbito da ampliação destes elementos.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Paulo V. Z (2018). **Revisitando a “síntese neo-neo” à luz do conceito de cooperação a partir do pensamento de Kenneth Waltz**. 2018. 393f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília.
- _____. (2014). O papel do Estado na teoria da política internacional de Kenneth Waltz: seria o Estado o único ator das Relações Internacionais? **Revista de Iniciação Científica da FFC**, vol. 14, n. 1, pp. 1-13.
- BRAUDEL, Fernand (1978). **RAUDEL, Fernand. Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva.

- CARTONNET, Alexis (2011). Structuralisme et néoréalisme dans le champ des relations internationales : le cas de Kenneth Waltz. **Astérion**, vol. 9. pp. 1-13. Disponível em: <<http://asterion.revues.org/2162>>. Acesso em: 20/05/2021
- COX, Robert W (2013). **Universal foreigner: the individual and the world**. New Jersey: World Scientific.
- _____ (2002). **The Political Economy of a Plural World: Critical reflections on Power, morals and civilization**. New York: Routledge.
- _____ (1999a) [1976]. On thinking about future order. *In*: COX, Robert W.; SINCLAIR, Timothy J. (eds.) **Approaches to world order**. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 60-83.
- _____ (1999b) [1985]. Realism, positivism, and historicism. *In*: COX, Robert W.; SINCLAIR, Timothy J. (eds.) **Approaches to world order**. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 49-59.
- _____ (1986). Social forces, states, and world orders: beyond international relations theory. *In*: Keohane, Robert O. (ed.). **Neorealism and its critics**. New York: Columbia University Press, pp. 204-254.
- _____ (1983). Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 12, n. 2, pp. 162-175.
- _____ (1981). Social forces, states, and world orders: beyond international relations theory. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 10, n. 2, pp. 126-155.
- GALASTRI, Leandro (2015). **Gramsci, Marxismo e Revisionismo**. Campinas: Editora Autores Associados.
- GRAMSCI, Antonio (1975). **Quaderni del carcere: edizione a cura di Valentino Gerratana**. Torino: Einaudi.
- HALLIDAY; ROSENBERG (1998). Interview with Ken Waltz. **Review of International Studies**, vol 24, pp. 371-386.
- HORKHEIMER, Max (1991). Teoria tradicional e teoria crítica, *In*: HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor. **Textos Escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, pp. 31-68.
- JACKSON, Patrick Thaddeus (2011). **The conduct of inquiry in international relations: philosophy of science and its implications for the study of world politics**. Nova Iorque: Routledge.
- JAHN, Beate (1998). One step forward, two steps back: critical theory as the latest edition of liberal idealism. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 27, n. 3, pp. 613-641.
- KEOHANE, Robert O. (1986) (org.). **Neorealism and its critics**. New York: Columbia University Press.
- KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S (2012). **Power and interdependence**. 4a. ed. Nova York: Longman.
- _____ (1971a). Transnational relations and world politics: an introduction. **International Organization**, vol. 25, n. 3, pp. 329-349.
- _____ (1971b). Transnational relations and world politics: a conclusion. **International Organization**, vol. 25, n. 3, pp. 721-748.
- _____ (1989). Afterword. *In*: KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and interdependence**. 2a. ed. Glenview: Scott Foresman, pp. 245-267.

- _____ (1987). Power and interdependence revisited. **International Organization**, vol 41, n. 4, pp. 725-753.
- MORGENTHAU, Hans J (2003). **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. São Paulo: Imprensa Oficial.
- NADEL, S. F (1957). The theory of social structure. Londres: Cohen & West.
- PASSOS, Rodrigo D. F (2013). Gramsci e a Teoria Crítica das Relações Internacionais. **Revista Novos Rumos**, v. 50, pp. 1-19.
- SAAD-FILHO, Alfredo; AYERS, Alison. J. (2008). Production, class, and power in the neoliberal transition: a critique of Coxian eclecticism. In: AYERS, Alison. (ed.) **Gramsci, political economy, and international relations theory: modern princes and naked emperors**. New York: Palgrave Macmillan pp. 109-131.
- WAEVER, Ole (2008). The rise and fall of the inter-paradigm debate. *In*: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (org). **International theory: positivism and beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 149-185.
- _____ (2005). Figures of international thought: introducing persons instead of paradigms. *In*: NEUMANN, Iver B.; WAEVER, Ole (ed.). **The future of international relations: masters in the making?** Londres: Routledge pp. 1-40.
- WALTZ, Kenneth N. (2003). Thoughts about assaying theories. *In*: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam Fendius. **Progress in international relations theory: understanding the debate**. Londres: MIT Press, pp. vii-xii.
- _____ (2001). **Man, the state, and war: a theoretical analysis**. New York: Columbia University Press.
- _____ (2000). Structural Realism after the Cold War. **International Security**, vol 25, n. 1, pp. 5-41.
- _____ (1997). Evaluating theories. **The American Political Science Review**, Vol. 91, No. 4, pp. 913-917.
- _____ (1988). The origins of war in neorealist theory. **Journal of Interdisciplinary History**, Vol. 18, n. 4, pp. 615-628.
- _____ (1986). Reflections on theory of international politics: a response to my critics (1986). *In*: KEOHANE, Robert O. (org). **Neorealism and its critics**. New York: Columbia University Press, pp. 255-300.
- _____ (1979). **Theory of international politics**. New York: McGraw-Hill.
- _____ (1975). Theory of international relations. *In*: GREENSTEIN, Fred I.; POLSBY, Nelson W. **Handbook of political science: volume 8: international politics**. Londres: Addison-Wesley Publishing Company, pp. 1-85.
- _____ (1967). **Foreign policy and democratic politics: the American and British experience**. Boston: Little, Brown and Company, 1967.
- _____ (1964). The stability of a bipolar world. **Daedalus**, Vol. 93, n. 3, pp. 881-909.
- WILLIAMS, Raymond (1977). **Marxism and Literature**. Oxford: Oxford University Press.